

O SR (?) - Ignoraram.

O SR RODRIGO AMORIM - Então, nessa lógica, depois o doutor apresenta uma data de inauguração posterior, e há relato, a gente vai perguntar isso aqui ao ex-presidente, de que altas autoridades da Prefeitura do Rio de Janeiro estiveram nessa festa. Ou seja, a prefeitura é tão negligente que ela não interdita, se omite, e ainda vão lá confraternizar altas autoridades da Prefeitura do Rio de Janeiro. Mais uma vez dizendo, o Flamengo é uma entidade, aquela máxima que a torcida canta: isso aqui é Flamengo, eles adotam aquilo como comportamento, ou seja, o Flamengo está acima do bem e do mal. A própria forma que foi relatada anteriormente, desculpa cortar v. exa., doutor, mas a própria forma que foi contratada anteriormente, o Flamengo faz TAC com o Bombeiro, faz TAC com o Ministério Público, se comprometendo a buscar documentação, autorização, alvará, que são indispensáveis para que qualquer mortal faça o seu negócio acontecer. O Flamengo não é uma entidade de desenvolvimento social, o Flamengo é um clube privado e rentável. O Flamengo não é bonzinho nem altruísta de tratar bem atletas. É matéria prima. Só que o Flamengo é o Flamengo. Então, ele pode fazer o que bem entender. Está num lugar sem habite-se, sem alvará, sem identificação, sem autorização do Corpo de Bombeiros, sem nada, porque ele é o Flamengo. E aí, quando dá algum problema, ele faz um TAC e vai levando. Ou seja, os dois TACs que foram assinados, eles ainda não foram perfeitos até o momento, eles ainda estão em processo de adequação, o que fica muito claro para mim, o comportamento da entidade, Flamengo. Ele começa errado na gestão anterior, logo depois vem uma gestão atual, que a gente vai ouvir agora, mas em uma gestão que ratifica todos os erros da gestão anterior, de forma absolutamente negligente, tem uma responsabilidade objetiva não só com os jovens que estavam sob a salvaguarda do Flamengo, mas sobretudo, tem uma responsabilidade objetiva de cumprir a legislação. Mas como se trata do Flamengo, eles estão imunes a qualquer sanção, a qualquer fiscalização, e ainda tem a pantomima, a petulância de organizar festa e convidar as autoridades do município para ir em lá confraternizar.

Ou seja, eu quero, na fase de novos requerimentos, que os responsáveis da Prefeitura do Rio de Janeiro sejam convocados, da mesma forma que o Corpo de Bombeiros sempre esteve em todos os episódios, aqui, cortando na própria carne, abrindo o jogo de forma muito objetiva, transparente de todos os episódios, todos os problemas que tiveram com toda a documentação, autorização de todos os episódios anteriores. Por que a gente não chama a Prefeitura do Rio de Janeiro? Porque tem a responsabilidade objetiva e direta, por exemplo, como bem disse o deputado Jorge Felipe, de fechar aquele negócio, que deveria estar fechado, hoje.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, a prefeitura não poderia fazer isso.

O SR RODRIGO AMORIM - Não pode interditar, sem alvará?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não.

O SR RODRIGO AMORIM - Tomar as medidas sem habite-se.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Como atividade econômica, eles não poderiam comercializar nada lá dentro sem alvará.

O SR RODRIGO AMORIM - Mas eles não poderiam deixar ocupar sem habite-se?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Que é o que acontece no Maracanã. Sem habite-se.

O SR RODRIGO AMORIM - Não poderia ocupar, não poderia, mas tem uma pessoa ali dentro.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Acho que sem habite-se não é passível de funcionar.

O SR RODRIGO AMORIM - Mas, de medidas da prefeitura, a de cautela?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Para gestão modificar essa legislação e permitir isso aos bombeiros, à prefeitura.

O SR RODRIGO AMORIM - Desculpa interromper a fala de v. exa., mas acho que é fundamental da maneira que está tão bem exposto aí essa ordem cronológica dos fatos, inclusive com apontamento das multas que foram aplicadas pela prefeitura, e todo esse imbróglcio que vem se arrastando desde o início da gestão Patrícia Amorim, de fazer o primeiro módulo, o segundo módulo, alugar contêiner aí, enganar, dizer que é para uma coisa e usar para outra. Ou seja, a desídia do Flamengo fica caracterizada o tempo inteiro, gestão após gestão.

Desculpa, sr. presidente,

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, doutor.

O SR. MÁRCIO PETRA - Então, uma coisa que ao final dessa pontuação eu gostaria de deixar claro é que ao longo desse tempo, os módulos habitáveis que eram empregados como escritório, refeitório, sala de imprensa, se tornaram dormitório dos jovens, sem qualquer tipo de adequação, tá? Esse é o primeiro ponto que eu já gostaria de ressaltar antes da nossa tragédia que aconteceu no dia 8 de fevereiro, por volta das cinco horas. Nós tomamos conhecimento, uma equipe do 31º Batalhão, juntamente com um monitor, um segurança e o chefe da segurança vieram para a sede da 42ª DP e prestaram declarações ali. A partir dali, nós acionamos o ICCE e fomos todos para o local. Lá, presentes, tinha a dra. Nádia, que é diretora do DPTC, que abarca aí, que é o nosso Departamento de Polícia Técnica Científica, que abarca o ICCE, o IML, o IFP. Estava presente, estava presente o diretor do ICCE, bem como dos peritos de local e de engenharia, mais as equipes da 42ª DP.

Logo depois que os bombeiros, eles terminaram o seu trabalho de rescaldo, os peritos entraram na cena. Uma das equipes foi coletar os documentos dos jovens, outra equipe foi coletar as imagens e outra que se deslocou do Hospital Lourenço Jorge para que a gente pudesse fazer a entrevistas com os sobreviventes. Só que por orientação médica essa diligência, ela restou prejudicada. Ao final de tudo isso daí, nós preservamos o local e retornamos à 42ª DP. Lá, e aí sim, com a ajuda, mais uma vez do Flamengo, nós conseguimos ouvir todos os sobreviventes ali, naquele mesmo dia. Depois dessas oitivas que foram sofridas, você acompanha o depoimento de cada um que ficou ali, vendo os seus amigos, os seus companheiros de clube.

Depois disso daí, eu precisava entender quais eram os núcleos que seriam responsabilizados criminalmente por isso daí. Então, abri três núcleos. Primeiro núcleo, núcleo empresarial, que é da NHJ que produzia os contêineres ou os módulos habitáveis. O segundo núcleo, o núcleo Flamengo, e o terceiro núcleo, o poder público. O núcleo poder público, de alguma maneira oficiado, respondeu com todas as ações que foram pertinentes, ou seja, nem o Corpo de Bombeiros deixou de atuar, quando a partir de um relatório de pendência de vistoria e de um relatório de pendência deixou de emitir o certificado de aprovação. Com relação aos servidores públicos municipais, eles desde aquele tempo começaram a fiscalizar, lavraram um auto de interdição e vários outros autos de interdição. Para a tipificação penal, afasta um pouquinho de uma conduta administrativa, mas de alguma maneira os servidores públicos municipais já estavam respaldados exatamente naqueles documentos e naquelas ações, apesar de no momento futuro, eles terem sido - pelo menos os servidores públicos municipais - terem sido ouvidos e corroborados com tudo isso aí, agravando até um pouco o comportamento de gente do Flamengo. A NHJ, eu ouvi tanto o presidente, quanto a diretora comercial, bem como todos os engenheiros que estavam vinculados à fabricação do contêiner.

Com relação ao Flamengo, eu precisava entender como é que era o Flamengo, como o Flamengo era estruturado. Diferente de vocês, flamenguistas, eu não tenho... Eu não gosto de futebol, não assisto futebol, não sou flamenguista, então, eu precisava me inteirar daquilo que era um clube de futebol, e me inteirar daquilo que era precisamente o Flamengo. E eu entendi da seguinte maneira: o Flamengo, ele é regido por um estatuto. Só que com a gestão Eduardo Bandeira de Mello, o Flamengo se tornou uma empresa, e dessa maneira ele começou a se constituir, ainda que fora do estatuto. Então, nós temos hoje, no Flamengo, um conselho diretor, composto pelo presidente, remunerado, e vários vice-presidentes, não remunerados. Esse conselho diretor, ele delibera a respeito da política estratégica do clube. Quem vai fazer a gestão dessa política estratégica? É o

CEO. O CEO é quem vai fazer a gestão dessa política estratégica, que abaixo dele, existem várias diretorias. Naquilo que pertence ao fato, eu tenho a diretoria de meios; abaixo da diretoria de meios, eu tenho diretoria de finanças, a diretoria de patrimônio ou diretoria de obras e a diretoria de administração. O que ficou dentro das oitivas, o que ficou claro, dentro de fato pertinente ao fato, objeto do inquérito? Que o futebol de base demandava as suas necessidades, ou seja, no caso concreto, o que você precisa? Futebol de base, por causa dos seus jogadores. Eu preciso acomodar 26 jogadores. Então, se reunia o representante da NHJ, se reunia o engenheiro do Flamengo. Eles ali tratavam exatamente do layout, mudando a forma pela qual aquele módulo habitacional estava sendo empregado. Não era para dormir, não era dormitório. Eles mudaram? Eles não mudaram, eles mantiveram exatamente a mesma configuração de produção.

Então, é nessa conclusão, específica, eu digo que como a gente estava colocando os módulos habitacionais aqui, aquilo que era para ser empregado dentro de como consultório, como uma clínica, ou seja, com pessoas acordadas e com capacidade de resposta a qualquer problema. Não a pessoas que estavam dormindo. E aí a gente encontra que as grades foram mantidas nas janelas, a gente verifica que as portas internas dos dormitórios, ali dentro, eram de correr, não eram de abrir e fechar. A gente encontra uma saída muito longe do último quarto, e aí a gente verifica a quantidade de jovens mortos ali próximos à porta. Então, não há nenhuma adequação, fora o que foi, tanto pela dra. Gabriela, quanto pelo dr. Victor, respaldado dentro do laudo técnico, ou seja, o que a NHJ fazia? A NHJ importava essas chapas e trazia aqui para o Brasil. Só que a certificação que eles tinham era europeia.

O SR (?) - Italiana. Era isso?

O SR. MÁRCIO PETRA - Italiana, mas a certificação europeia, não era uma certificação da Itália, mas era uma certificação europeia, nem uma certificação internacional. Trazia só essas chapas, esses. Eram chapas, painéis metálicos. E ali, eles construíam. Eles começaram a... Tipo, não é Playmobil, mas aquilo que você vai encaixando um no outro.

A SRA. (?) - Lego.

O SR. MÁRCIO PETRA - Lego, muito bem. Então, como lego, eles iam encaixando, e a partir dali eles configuravam os módulos habitacionais. Mais uma vez, sem nenhuma mudança com relação, e todos tinham conhecimento que aqueles módulos habitáveis seriam empregados como dormitórios de jogadores. Então, o laudo pericial, já bem dito aqui... Porque o que acontece? A NHJ ela tinha como obrigação a produção desse contêiner da maneira que o layout foi aprovado pelos engenheiros do Flamengo, que tinham a capacidade técnica de dizer, isso aqui está errado. Isso aqui não dá. Mas eles produziam e instalavam num local preparado pelo Flamengo. Eles iam ao local, estacionavam o contêiner no local já adrede preparado pelo Flamengo, ou seja, e aí a gente começa a ver nas imagens a situação da instalação elétrica providenciada pelo Flamengo, que deveria ter a supervisão exatamente do seu corpo executivo, ou seja, dos seus engenheiros que, mais uma vez, negligenciaram. Nós temos ali, com relação à causa, o ar condicionado. Nós temos um elemento, uma testemunha até, um dos jovens sobreviventes, que verificou que aquele ar condicionado começou a pegar fogo.

Inicialmente, e aí a perícia está aqui, não conseguimos, lá no local... Nós tínhamos essa informação, mas não conseguimos chegar a essa conclusão. Por quê? Porque, lá no final, estava muito deformado. O fogo atou imensamente ali. Então, ficou difícil nós entendermos, e para os peritos também, por que aquele ar condicionado teria sido a causa. Nós temos essa informação pela testemunha, mas, por que aquilo ali teria dado causa ao incêndio, se aquele lado de lá estava tão deformado? E aí, o perito está aqui, o dr. Victor está aqui, ele pode me corrigir. Verificamos que os painéis, a maioria dos painéis eram feitos com essas espumas de poliuretano, que eram extingüíveis, que não eram antichamas. Só que essa última parte tinha. Ou seja, a NHJ não tinha o menor controle. Por quê? Porque você aluga esses painéis e eles retornam, não compram. O Flamengo não compra; o Flamengo aluga, como outras empresas também alugam. Existem várias empresas, hoje, utilizando módulos habitáveis. Então, você aluga e, quando devolve, eles aproveitam para alugar para outros. Então, eles não têm, eles não sabem de que painel é. Então, eles fazem a composição para os painéis que tem. Então, aquele painel do fundo tinha a espuma. É isso? Ele tinha a espuma autoextingüível. Exatamente. No último, no quarto 1, onde estava a maior deformidade, existia exatamente essa espuma, que continha exatamente a propagação das chamas. É o quarto mais à esquerda, o quarto 1. Por isso que estava tão deformado. Por quê? Porque ele conteve as chamas. Ele não pegou, mas ele conteve as chamas.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Existe comprovação que a NHJ tinha ciência de que aquilo seria usado como dormitório? O SR. MÁRCIO PETRA - Tinha. Dentro dos autos, eu pergunto e eles sabem que sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas não tinha ART dos engenheiros, com relação a essa mudança na engenharia dos contêineres.

O SR. MÁRCIO PETRA - Como assim ART?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Anotação de registro técnico.

O SR. MÁRCIO PETRA - De responsabilidade técnica. Não. Até porque isso não é padronizado. E aí vai, cabe aqui, talvez, à Casa verificar uma normativa a respeito.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Essa questão das construções modulares ou temporárias, contêineres, isso não é regulamentado. A NHJ foi fornecedora de contêiner para UPP, Comitê Olímpico Internacional, COI, COB.

O SR. RODRIGO AMORIM - No âmbito do município, o módulo habitacional equivale a um imóvel. Tanto é que tem acréscimo de IPTU, porque é área construída...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Sim. Mas você não...

O SR. RODRIGO AMORIM - ...embora seja removível.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Você deve ter uma ABNT da vida, mas você não tem o que pode e o que não pode, em termos de módulo. Entende? Tanto é que as UPPs eram o que eram. Quer dizer, as UPAs até hoje, as clínicas da Família.

O SR. RODRIGO AMORIM - Nosocômio dentro dessas unidades.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Grande parte delas foi feita pela NHJ inclusive. Aliás, inclusive hospitais, CER.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Doutor, em cima dessa questão, surgiu-me uma dúvida. Permita-me até fugir um pouco do tema. O senhor disse que esses módulos são alugados, depois voltam para a NHJ e tudo o mais. Então, tudo leva a crer que temos diversos módulos desses aí pelo Estado do Rio de Janeiro, inclusive em outras localidades que têm pessoas que também estão nas mesmas condições, aliás, em condições piores que os jovens, porque os jovens estavam dormindo, mas estavam saudáveis, mas outros que estão acamados, como por exemplo, nos hospitais. Então, chegamos à conclusão de que temos hoje a probabilidade muito maior de diversas localidades também terem situações iguais e com possíveis catástrofes. UPAs, por exemplo, e outras.

O SR. RODRIGO AMORIM - Todas dentro desses módulos.

O SR. MÁRCIO PETRA - Eu concordo com a linha de raciocínio. No entanto, quando vamos tratar, por exemplo, de uma UPA, há necessidade de que tenha ali médicos. Então, os médicos plantonistas estariam acordados, enfermeiros etc. Ou seja, na UPP, a mesma coisa. Eu acho que os policiais não vão dormir; podem descansar enquanto outros estão acordados. Agora, o que existiu ali, primeiro, era um dormitório, e o monitor não estava presente, ele estava fora, o que proporcionou talvez uma tragédia maior do que aquilo que foi.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Outra pergunta. Estou com uma parcial aqui da documentação da prefeitura, edital de outubro de 2017, que determinava o fechamento do CT. E a prefeitura tem uma alegação de que - isso foi no Diário Oficial inclusive escrito - de que esse edital não vinha sendo respeitado pela diretoria do Flamengo e a operação só pôde ser efetivada agora porque os fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda só têm poder de polícia administrativa. Com a decisão do Ministério Público do Rio, que também determinou

o fechamento do Ninho do Urubu, o SMF e a Seop puderam fazer o cumprimento desse edital, fechando o CT por meio de uma ação mais contundente. Isso procede ou a prefeitura poderia ter interditado antes?

O SR. MÁRCIO PETRA - Aí, é uma decisão administrativa deles, da própria prefeitura. Eles poderiam ter...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Administrativamente, eles teriam reserva legal para isso ou apenas judicialmente?

O SR. MÁRCIO PETRA - Não. Eu acho que não. Mas aí, vai uma opinião muito mais, e não um parecer jurídico. Mas eles poderiam ter interditado, sim. Eles poderiam, a princípio, ter interditado. Mas, de qualquer maneira, a lavratura do auto de interdição, a lavratura do edital de interdição - perdão - e a lavratura dos vários autos de infração, de alguma maneira, dentro da seara penal, tiram um pouquinho eles desse foco do inquérito policial. Talvez aí, de um inquérito administrativo, do inquérito civil, que apura aí uma improbidade administrativa. Aí, talvez esse tipo de conduta valha a pena ser retornado. Mas, na minha opinião, dentro da seara criminal, da responsabilização criminal, eu não entendo dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E podemos citar exemplos. A prefeitura, quando teve o desastre na Muzema, foi em outros prédios e interditou, derrubou e tudo o mais porque não tinha habite-se. Se pode em um, pode em outro.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não. Mas aquilo foi Defesa Civil e inclusive quem tentou fazer a primeira ação na Muzema fui eu e tomei uma liminar na testa, às seis horas da manhã. Foi o balde de água fria. Mas depois foi tudo judicial, porque já tinha gente morando. Está aqui a ex-vereadora Andreia Gouvêa Vieira, que eu quero saudar aqui, que também já fez muita discussão sobre esse assunto, sobre quando o imóvel está em construção; quando o imóvel está habitado parcial ou totalmente; enfim.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA TORRES - Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA TORRES - Eu poderia fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA TORRES - Dr. Petra, em primeiro lugar, parabéns pelo trabalho. Nessa linha que o senhor colocou como tentativa de entender a lógica desses acontecimentos e até para a apurar responsabilidades. Quando o senhor disse que o Flamengo, como agremiação, na verdade era uma empresa, como o senhor chegou a essa conclusão?

O SR. MÁRCIO PETRA - Pelo relato, exatamente, dos próprios dirigentes do Flamengo.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA TORRES - Mas só relato ou é documental? Como é isso?

O SR. MÁRCIO PETRA - Não. Não é documental. Até porque, o que está documentado é que o Flamengo é regido por um estatuto. Você tem a necessidade de mudança, de alteração. Esse estatuto, eu tenho ele aqui, mas ele já sofreu algumas modificações, mas não essas modificações, que eles estão atuando de uma forma, vamos dizer, empresarial. É porque o Flamengo quis, em algum momento, tornar-se competitivo e, para isso, ele tornou aquilo ali uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas, se me permitem, vamos só voltar ao tema aqui do inquérito presidido pelo doutor. O senhor quer fazer as conclusões, por favor.

O SR. MÁRCIO PETRA - Então, eu vou me colocar à disposição das perguntas, mas o que eu queria dizer é que, primeiro, a pergunta: por que o diretor de patrimônio, vice-presidente de patrimônio, o Alexandre Wrobel ele não participa daqui, dentre os indicados e os responsáveis criminais. Por quê? Porque eu entendi exatamente isso: como ele era vice-presidente, e essa foi a linha de raciocínio, e obviamente ele tratava de deliberações estratégicas, ele não tinha ali o domínio final do fato. Quem teria o domínio final do fato, exatamente nas mudanças dos módulos habitáveis, seriam os engenheiros. Seriam aqueles engenheiros, que tiveram contato com os engenheiros da NHJ, para que pudessem modificar aquela configuração e estabelecer o mínimo de segurança para aqueles que dormiam naquele momento naquele contêiner.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vamos lá. O vice-presidente não tinha gestão do fato ou não tinha nem conhecimento talvez. Outro gestor do clube, na hierarquia de presidência e vice-presidência, foi indiciado?

O SR. MÁRCIO PETRA - Só quem foi indiciado foi o ex-presidente, Eduardo Bandeira de Mello, mas não em razão do fato dos contêineres, não em razão dos fatos dos módulos habitacionais. É porque já existe um histórico do então presidente Eduardo Bandeira de Mello, ao longo dessa gestão dele e no trato do Ninho do Urubu, ele descumpriu, ele não quis assinar um TAC com o Ministério Público; na gestão dele houve piora, e isso está dentro do inquérito civil público, está dentro dos autos do inquérito, houve piora das instalações e houve um edital de interdição, do qual ele efetivamente tomou conhecimento. O Ninho do Urubu era algo ímpar para o Flamengo, era algo extremamente importante; era um projeto extremamente importante, então, para mim, ele era um presidente extremamente atuante, então, ele, com certeza, teria conhecimento daquilo. E ele poderia, como presidente, só ele poderia efetivar a interdição do clube e ele não o fez.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Rodrigo Amorim e deputado Jorge Felipe Neto têm alguma pergunta para o dr. Petra? Deputada Renata?

O SR. MÁRCIO PETRA - Só concluindo aqui a questão da responsabilidade penal, em razão de todos esses fatos documentados, a partir das testemunhas, a partir dos laudos periciais, o que me revelou aí foi que eles deveriam responder, de alguma maneira, seja pelo homicídio, seja ele no dolo eventual; e também com a tentativa de homicídio com aqueles que foram colocados em risco. E aí eu digo que foram os engenheiros do Flamengo; foram os engenheiros da NHJ; foi o monitor, que não estava ali; bem como o ex-presidente Eduardo Bandeira de Mello, em razão dos fatos.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Eu só quero saber duas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu só quero fazer uma perguntinha, porque, senão, foguei aqui da minha cabeça.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Por que não foi indiciado o diretor de patrimônio, mas o engenheiro foi?

O SR. MÁRCIO PETRA - Olha só, teve mais um também, tá? O Flamengo terceirizava a manutenção dos ares condicionados também. O responsável acabou sendo indiciado também porque o que aconteceu ali, na verdade, foi até uma falta, não foi só uma negligência, uma imprudência. Na verdade, as coisas já estavam acontecendo, já tinha um ar condicionado que pegou fogo e, quer dizer que aquilo ali se prolongou, como não se tivesse um reparo, e ele acabou... O diretor foi. Você está falando o diretor adjunto de patrimônio?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Do vice-presidente de patrimônio. Quer dizer, se o presidente tinha responsabilidade, o vice-presidente da área tinha mais.

O SR. MÁRCIO PETRA - Mas foram por fatos distintos, tá? É o que eu estava falando aqui. Os vice-presidentes, eles fazem uma deliberação estratégica; eles não têm o domínio final do fato disso. Quem tem são os engenheiros. O que ele quer é o CT1, o CT2 e vai dentro do conselho diretor buscar o dinheiro suficiente para a construção disso daí. Dizer: "Eu quero o CT1 e quero o CT2 e tocar essa obra." Mas gerir de forma estratégica.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas ele não é também o responsável por cumprir o edital de interdição da prefeitura, de 2017?

O SR. MÁRCIO PETRA - Pois é. Eu já entendo que quem tinha o domínio final do fato não era ele, era o presidente. O presidente é quem tinha o domínio final de interditar. Só ele.

O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado, está esquecendo de um detalhe: que o incêndio ocorreu sob a égide da nova gestão. O erro começou lá atrás. Parece-me uma série de equívocos. Eu sei, mas, quando você assume a administração de uma empresa, de um clube, você conhece os antecedentes. Até porque, ninguém chegou